

Clausula que acompanham o decreto n. 9.400, desta data

## I

A Rio de Janeiro Lighterage Company, Limited, é obrigada a ter um representante geral no Brazil, com plenos e illimitados poderes para tratar e definitivamente resolver as questões que se suscitarem quer com o Governo, quer com particulares, podendo ser demandado e receber citação inicial pela companhia.

## II

Todos os actos que praticar no Brazil ficarão sujeitos unicamente ás respectivas leis e regulamentos e a jurisdição de seus tribunaes judiciarios ou administrativos, sem que, em tempo algum, possa a referida companhia reclamar qualquer excepção fundada em seus estatutos cujas disposições não poderão servir de base para qualquer reclamação concernente á execução das obras ou serviços a que elles se referem.

## III

Fica dependente de autorização do Governo qualquer alteração que a companhia tenha de fazer nos respectivos estatutos.

Ser-lhe-ha cassada a autorização para funcionar na Republica se infringir esta clausula.

## IV

Fica entendido que a autorização é dada sem prejuizo do principio de achar-se a companhia sujeita ás disposições de direito que regem as sociedades anonyms.

## V

A infracção de qualquer das clausulas para a qual não esteja comminada pena especial, será punida com a multa de 1:000\$ a 5:000\$, e no caso de reincidencia com a cassação da autorização concedida pelo decreto em virtude do qual baixam as presentes clausulas.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 1912. — *Pedro de Toledo.*

Eu, abaixo assignado, traductor publico e interprete commercial juramentado da praça do Rio de Janeiro, por nomeação da meritissima Junta Commercial da Capital Federal, certifico pelo presente que me foi apresentado um documento escripto no idioma inglez, afim de o traduzir para o vernaculo, o que assim cumpri em razão do meu officio e cuja traducção e a seguinte:

## TRADUCÇÃO

Lei consolidada de companhias de 1908 — (companies (Consolidation) Act, 1908)

### COMPANHIA LIMITADA POR ACÇÕES

Memorandum de associação da Rio de Janeiro Lighterage Company, Limited.

1. O nome da companhia é Rio de Janeiro Lighterage Company, Limited.
2. O escriptorio registrado da companhia será situado na Inglaterra.

3. Os fins para os quaes a companhia é incorporada são os seguintes:

a) celebrar e effectuar, com as modificações (si houver que se ajustar, os contractos de que trata o art. 3º dos estatutos da companhia;

b) explorar o negocio de donos de navios, de saveiros, estivadores, navios, constructores de botes e barcas, corretores de navios, corretores de seguros, gerentes de materia de embarque, agentes de navios, agentes expedictores, engenheiros, constructores de machinas e machinismos, donos de cáes, de armazens, almoxarifates, transportadores por meios ordinarios, carreiros, negociantes de carvão, de gelo, de accessorios para navios e de provisões para os mesmos, seja qual for sua qualidade, e todos e quaesquer outros negocios que pareçam de vantagem directa ou indirecta para a exploração e desenvolvimento ou para o aproveitamento de qualquer propriedade da companhia ou que de outra fórma qualquer possam trazer vantagem á companhia;

c) comprar ou adquirir de outra fórma, arrendar, construir ou auxiliar ou contribuir para a construcção, custeio e melhoramento de estradas de ferro, linhas de tramways, caminhos, pontes, docas, cáes, galpões, estaleiros, canaes, cursos de agua e outras obras que possam beneficiar directa ou indirectamente á companhia;

d) comprar, edificar, alugar ou fretar, adquirir, possuir e usar quaesquer navios, vapores, rebocadores, catraias, botes, barcas ferry ou outras ou outros meios de transporte por agua, carros de mercadorias, wagons ou carros de qualquer especie, para transporte de carga ou passageiros, como transportadores por meios ordinarios ou em outro caracter, e rebocar e prestar serviços de salvação (soccorro) a navios de toda a sorte;

e) comprar, tomar por arrendamento ou em troca, alugar ou adquirir de outra fórma bens moveis ou immoveis, favores, direitos ou privilegios que a companhia possa achar uteis ou convenientes a qualquer dos seus negocios, e edificar, construir, ampliar, alterar, manter e gerir escriptorios, trapiches, depositos e edificios e obras (officinas) de toda a especie;

f) adquirir ou chamar a si, ou fazer e effectuar para todos ou quaesquer dos fins autorizados no presente instrumento, contractos e accórdos com quaesquer outras companhias e pessoas, e variar ou fazer cessão desses contractos ou accórdos ou de qualquer delles;

g) solicitar, comprar ou adquirir de outra fórma concessões, outorgas, direitos, poderes, privilegios, reclamações ou contractos de qualquer Soberano, Estado, Governo, municipalidade, corporação, companhia, pessoa ou autoridade que á companhia possam parecer susceptiveis de aproveitar e trabalhar, desenvolver, executar, exercer, e utilizar taes favores;

h) assignar, comprar, adeantar contra garantia ou adquirir de outra fórma e possuir, subscrever, vender ou negociar de outro modo qualquer em acções, titulos, hypothecas, *debentures*, *debenture-stock*, obrigações, titulos ou fundos de qualquer governo, Estado, municipalidade ou autoridade publica britannica, indiana, colonial ou estrangeira, ou de quaesquer corporações, companhias, associações, *trusts*, empresas ou corporações incorporadas ou estabelecidas na conformidade das leis britannicas, indianas, colonias ou estrangeiras;

i) associar-se ou fazer qualquer accôrdo para partilha de lucros, fazer e levar a effecto arranjos por compra ou de outra fórma, para aquisição da clientela ou de qualquer interesse em negocios do genero autorizado pelo presente memorando ou para união de interesses, exploração conjunta, concessão reciproca ou co-operação, ou fusão total ou parcial com qualquer outra companhia ou pessoa que explorar, se occupar ou estiver para explorar ou se occupar de negocio semelhante aos negocios da companhia, ou de negocio ou transacção susceptivel de ser explorado de modo a beneficiar directa ou indirectamente esta companhia e subsidiar ou de outra fórma auxiliar qualquer dessas pessoas ou companhias e tomar ou adquirir de outra fórma, vender, reemittir ou girar de outro modo qualquer com acções, titulos, *debentures*, obrigações de qualquer dessas companhias e garantir o pagamento de quaesquer *debentures*, obrigações, ou titulos (tanto no que respeita o principal como os juros ou ambas as cousas) ou os dividendos sobre quaesquer acções emittidas ou titulos emittidos por qualquer dessas companhias;

j) comprar ou adquirir de outra fórma e explorar todos ou parte dos negocios ou bens e assumir quaesquer responsabilidades de pessoa, firma, associação ou companhia que possuir bens convenientes a quaesquer dos fins desta companhia ou que explorar negocio que esta companhia estiver autorizada a explorar, ou que puder ser convenientemente explorado em ligação com o mesmo, ou que possa á companhia parecer de vantagem directa ou indirecta para si e pagar essas



operações em dinheiro ou emitir acções integradas ou não, títulos ou obrigações desta companhia;

k) tomar emprestado ou levantar ou garantir o pagamento do dinheiro e para esses ou outros fins hypothecar ou gravar a empresa e todos ou parte dos bens e direitos da companhia, presentes ou adquiridos de futuro, inclusive capital a realizar e a crear, emitir, fazer, sacar, aceitar e negociar debentures perpetuos ou resgataveis ou *debtenture-stock*, títulos e outras obrigações, letras de cambio, notas promissórias ou outros instrumentos negociaveis;

l) vender, alugar, desenvolver, dispor ou de outra forma gyrrar com a empresa ou com todos ou parte dos bens da companhia, mediante quaesquer condições, com poderes para aceitar, em pagamento acções integradas ou não, títulos ou obrigações ou interesses em qualquer outra companhia;

m) lançar e formar, auxiliar o lançamento ou formação de qualquer sociedade anonyma ou outra companhia ou companhias com poderes para auxiliar essa companhia ou companhias, pagando ou contribuindo para as despesas preliminares ou outras das mesmas e agir como agentes dessas companhias;

n) emprestar dinheiro mediante as condições e sujeito aos termos que forem considerados de conveniencia;

o) garantir o cumprimento de qualquer contracto ou o pagamento do principal e juros ou dividendos sobre *debentures*, *debtenture stock*, títulos, obrigações ou outras obrigações de qualquer companhia ou corporação, e o cumprimento de qualquer contracto ou o pagamento de dinheiros por qualquer pessoa ou pessoas;

p) conseguir que a companhia seja registrada ou legalmente reconhecida no Brazil ou em qualquer paiz ou logar e dar todos os passos necesarios para fazer em qualquer paiz ou logar qualquer acta da companhia que possa ser necessario ou conveniente;

q) pagar dos haveres da companhia todas as despesas da companhia legalmente fizer ou que forem incidentes á formação, registro e annuncio ou levantamento de dinheiro para a companhia e á emissão do seu capital, inclusive corretagem e commissão para obtenção de pedidos de tomada, collocação ou subscrição de acções, *debentures* ou *debtenture stock*, e pedir á custa da companhia ao parlamento ou ao Governo de qualquer paiz, estado ou municipalidade qualquer ampliação dos poderes da companhia;

r) em geral distribuir pelos socios qualquer propriedade da companhia em natureza ou especie;

s) explorar todos ou quaesquer dos negocios supra na qualidade de principaes ou agentes, empreiteiros, *trustees* ou em outra qualidade ou em sociedade ou juntamente com qualquer outra pessoa, firma, associação ou companhia, por meio de companhia subsidiaria ou auxiliar — e em qualquer parte do mundo;

t) fazer todas as outras cousas que forem incidentes ou conducentes á obtenção dos fins supra.

4. A responsabilidade dos socios é limitada.

5. O capital da companhia é de £ 300.000 dividido em 300.000 acções de uma libra cada uma, com poderes para augmentar e com a facultade de emitir, opportunamente, quaesquer acções do capital primitivo ou do novo com qualquer preferencia ou prioridade no pagamento de dividendos ou na distribuição de activos, ou outra qualquer sobre quaesquer outras acções, ordinarias ou preferencias, quer emitidas quer não, e variar os regulamentos da companhia no que for preciso para tornar effectivas quaesquer dessas preferencias ou prioridades, e quando subdividir acções dividir proporcionalmente o direito de participar nos lucros ou excesso de activo, ou no direito de votar de qualquer modo pelas acções resultantes dessa subdivisão.

Nós, as varias pessoas cujos nomes e endereços constam da lista abaixo, desejando nos constituir em companhia, nos termos do presente memorandum de associação — respectivamente nos obrigamos a subscrever o numero de acções do capital da companhia constantes em frente dos nossos respectivos nomes.

*Nomes, endereços e descripção dos subscriptores, numero de acções, subscriptas por cada subscriptor.*

F. E. Johnston, 6, Great St. Helen's E. C., negociante	Uma
C. E. Johnston, 6, Great St. Helen's E. C., negociante	Uma
C. W. Haskell, 6, Great St. Helen's E. C., empregado no commercio	Uma
J. Mackenzie, 7, Union Court, Old Broad Street E. C., secretario	Uma
F. N. Chapple, 80, Bishopsgate E. C., advogado	Uma
E. Richardson, 16, Oakfield Road, Southgate N., empregado	Uma

William B. Pipkin, 33, Linden Avenue, Kensal Rise W. Um  
empregado

Datado de 28 de dezembro de 1911. — Testemunha da assinatura supra do F. N. Chapple, E. Richardson, 16, Oakfield Road, Southgate N., empregado.

Testemunha das assignaturas restantes. — F. N. Chapple, — 80, Bishopsgate, E. C., advogado.

Lei consolidada de companhias de 1908 — Companhia limitada por acções

ESTATUTOS DA RIO DE JANEIRO LIGHTERAGE COMPANY, LIMITED

Fica justo e contractado o seguinte:

## 1 — PRELIMINARES

1.º Os regulamentos constantes da tabella A, da primeira parte do The Companies (Consolidation) act 1908, (lei consolidada de companhias de 1908), não applicar-se-hão a esta companhia, porém os regulamentos abaixo serão os que regerão a companhia.

2.º Na redacção dos presentes estatutos as seguintes palavras terão as significações que respectivamente se lhes attribue nos mesmos, salvo quando a contextura apresentar algo de contradictorio com taes significações:

- as palavras indicando o numero singular somente incluirão o plural tambem, e vice-versa;
- as palavras indicando o genero masculino somente; comprehenderão tambem o feminino;
- as palavras indicando somente pessoas incluirão igualmente corporações;

4.º «mez» significará um mez solar.

3.º A companhia celebrará incontinenti os seguintes contractos, a saber: a) um contracto entre a Rio de Janeiro Lighterage Company, Limited, e John Mackenzie, liquidante da mesma, de um lado, e esta companhia do outro lado, e b) um contracto entre Wilson Sons and Company, Limited, de um lado, e esta companhia do outro lado, na conformidade das minutas que, para fins de identificação, foram rubricadas por dous dos signatarios do memorandum de associação; e o conselho director executal-os-ha salvo quaesquer modificações dos mesmos que a directoria approvar. Fica entendido, porém, que a directoria, antes da assembléa estatutaria da companhia, não modificará os termos dos mesmos contractos a não ser com a approvação dessa assembléa.

## II — CONSTITUIÇÃO

4.º A companhia será companhia particular, e nessa conformidade:

a) o numero de socios da companhia (sem contar os empregados da companhia) não excederá de 50. Fica entendido que para todos os fins deste artigo, sempre que duas ou mais pessoas possuirem uma ou mais acções da companhia, conjuntamente, serão consideradas um só socio;

b) não serão offerecidas á subscrição publica acções, *debentures* ou *debtentures-stock* da companhia;

c) os directores poderão recusar-se a registrar uma transferencia qualquer de acções.

## III — CAPITAL

### 1 — ACÇÕES

5.º As acções do capital original da companhia poderão, de accordo com o disposto supra, ser distribuidas ou dispostas de outra forma qualquer, em favor das pessoas e pelo preço, e mediante os termos e condições que a directoria determinar; e poderá estabelecer accordos sobre a emissão de quaesquer acções, estabelecendo uma diffença entre os possuidores dessas acções, na importancia de chamadas a pagar e na época de effectuar o pagamento das mesmas.

6.º Si varias pessoas forem registradas como possuidores conjuntos de uma acção, sua responsabilidade com respeito á mesma, será individual e collectiva.

7.º A companhia não será obrigada ou forçada de qualquer modo ao reconhecer, mesmo quando avisada, qualquer *trust* ou outro direito com respeito a uma acção, a não ser um direito absoluto á mesma acção por parte do seu possuidor registrado na occasião, ou os outros direitos em caso de transmissão da mesma que se acham ulteriormente expressos nos presentes estatutos.

8.º Os fundos da companhia não serão gastos na compra de suas proprias acções nem empregados em emprestimo garantidos pelas mesmas.



2. A companhia poderá pagar uma comissão, a uma taxa nunca superior a 20 % sobre quaisquer acções, a qualquer pessoa, em retribuição de haver ella subscripto ou se obrigado a subscrever, absoluta ou conditionalmente, quaisquer acções da companhia, ou angariado ou se obrigado a angariar acções da companhia, absoluta ou conditionalmente, de quaisquer subscriptores, a importância total das quantias pagas a título de comissão com respeito a quaisquer acções *debentures* ou *debenture-stock* ou concedida a título de desconto com respeito a quaisquer *debentures* ou *debenture-stock*, será declarada em cada balanço da companhia até terem ellas a devida sahida.

## 2—CERTIFICADOS DE ACÇÕES

10. Todo o socio terá direito sem pagar, a um certificado sellado com o sello commum da companhia especificando, as acções por elle possuidas e a importancia paga sobre as mesmas.

11. O certificado de acções registradas nos nomes de possuidores conjuntos será entregue áquelle cujo nome figurar em primeiro logar no Registro de Socios.

12. Si um certificado ficar gasto, for destruido ou se perder, poderá ser renovado mediante pagamento de um *shilling* (ou quantia inferior que a companhia marcar em assembleia geral) mediante apresentação das provas de haver-se o mesmo estragado, ficado inutilizado ou se perdido, que a directoria julgar satisfactorias, e contra pagamento da indemnização, com ou sem garantia, que a directoria determinar.

## 3—CHAMADAS SOBRE ACÇÕES

13. A directoria, opportunamente (salvo quaisquer condições, mediante as quaes forem emitidas quaisquer acções) poderá fazer as chamadas que entender aos socios, com respeito aos dinheiros a pagar sobre suas acções. Cada socio será obrigado a pagar as chamadas feitas dessa forma, e quaisquer dinheiros devidos sobre as acções na conformidade das condições da sua distribuição, ás pessoas e nas épocas e logares marcados pela directoria. Uma chamada poderá ser revogada ou a época marcada para seu pagamento adiada pela directoria.

14. Uma chamada será considerada feita na occasião em que a resolução da directoria autorizando essa chamada, houver sido votada.

15. Si uma chamada devida sobre uma acção ou qualquer dinheiro a pagar sobre a mesma na conformidade das condições da sua emissão não for paga na data ou antes da data marcada para o pagamento, o possuidor ou pessoa a quem couber essa acção será passivel de pagar juros sobre essa chamada ou dinheiro desde o dia marcado até áquelle em que for effectuado o pagamento á taxa de 10 % por anno, ou taxa inferior que a directoria determinar.

16. A directoria poderá, si entender, receber de um socio qualquer que quizer adiantar, todos ou parte dos dinheiros devidos sobre quaisquer das acções por elle possuidas, além das quantias entes vencidas; porém esse adiantamento fará cessar, enquanto durar, a responsabilidade existente sobre as acções com respeito ás quaes o dinheiro for recebido. Sobre a importancia adiantada dessa forma ou sobre a parte da mesma que na occasião exceder da importancia das chamadas então feitas sobre as acções com respeito ás quaes esse adiantamento houver sido feito, a directoria poderá pagar juros á taxa (si houver) que o socio que pagar essa quantia adiantadamente e a directoria combinarem.

## 4—TRANSFERENCIA E TRANSMISSÃO DE ACÇÕES

17. A transferencia de qualquer acção da companhia far-se-ha por escripto da maneira usualmente empregada e será firmada pelo transferente e pelo transferido. Será paga á companhia com respeito ao registro de uma transferencia, o emolumento, nunca superior a dous *shillings* e seis dinheiros, que a directoria estabelecer.

18. O instrumento de transferencia será depositado na companhia acompanhado de certificado das acções nelle comprehendidas, e das provas que a directoria exigir para provar o titulo do transferente, e isso feito e mediante pagamento do emolumento conveniente o transferido (salvo o direito da directoria de recusar o registro conforme explicado anteriormente) será registrado como socio com respeito a essa acção, e o instrumento de transferencia será guardado pela companhia. A directoria poderá dispensar a apresentação de qualquer certificado sendo-lhe provado satisfactoriamente a perda ou destruição do mesmo.

19. Os testamenteiros ou curadores de um socio fallecido, que não for um socio conjuncto, e no caso de se tratar de um socio conjuncto, o sobrevivente ou sobreviventes serão só-

mente reconhecidos pela companhia como, tendo qualquer titulo ás acções registradas no nome do socio fallecido, por nada do que nestes estatutos se contém será entendido como dispensa ao espolio do socio conjuncto fallecido, de qualquer responsabilidade sobre acções por elle possuidas conjunctamente com qualquer outra pessoa.

20. A pessoa que ficar com direito a uma acção em consequencia do fallecimento ou fallencia de um socio ou por outra causa que não por transferencia, poderá, salvo as disposições anteriormente contidas nestes estatutos, ser registrada como socio contra apresentação do certificado da acção ou de prova de titulo que puder ser exigida pela directoria ou poder, com observancia dos ditos regulamentos, transferir a acção em vez de fazer-se registrar individualmente.

Será pago á companhia por qualquer desses registros o emolumento nunca superior a dous *shillings* e seis dinheiros, que a directoria entender.

## 5—DIREITO DE RETENÇÃO SOBRE ACÇÕES

21. A companhia terá um direito de primazia e de retenção e gravame sobre todas as acções e sobre os juros e dividendos declarados ou devidos com respeito ás mesmas, pelos dinheiros devidos e pelas responsabilidades assumidas para com a companhia pelo possuidor registrado dessas acções ou por qualquer dos possuidores registrados das mesmas, individualmente ou conjuntamente com qualquer outra pessoa, mesmo que o prazo para o pagamento ou liquidação desse compromisso não tenha ainda vencido, e quer esses dinheiros hajam sido levantados ou esses compromissos assumidos antes ou depois do aviso de qualquer direito subsistente de outra qualquer pessoa que não o possuidor registrado; e poderá executar esse gravame vendendo todas ou quasquer das acções oneradas por esse gravame. Fica entendido que essa venda não se realizará (salvo caso de divida ou responsabilidade cuja importancia haja sido determinada) sinão quando se vencer o prazo e depois de se haver remetido aviso a esse socio, a seus testamenteiros ou curadores, da intenção de vender as acções, deixando elles de saldar os debitos ou compromissos assumidos depois de decorridos sete dias desse aviso. O producto liquido de qualquer dessas vendas será applicado no pagamento das dividas ou compromissos e o saldo (si houver) será pago ao dito socio, a seus curadores, testamenteiros ou cessionarios.

## 6—COMMISSO E CESSÃO DE ACÇÕES

22. Si um socio deixar de pagar qualquer chamada, prestação ou dinheiro devido, na conformidade das condições de distribuição de uma acção no dia marcado para pagamento do mesmo, a directoria poderá, em qualquer tempo, enquanto esse dinheiro estiver por pagar, mandar-lhe aviso convidando-o a pagar esse debito, com os juros que se houverem accumulado sobre o mesmo e mais despesas que houverem sido feitas pela companhia em consequencia dessa falta de pagamento.

23. O aviso deverá indicar um dia ulterior, nunca anterior a sete dias da data do aviso, no qual ou antes do qual essa chamada, prestação ou outro dinheiro e juros e despesas que houverem sido feitas em virtude dessa falta de pagamento, deverão ser pagos e o logar em que esse pagamento deverá ser feito (o logar marcado devendo ser o escriptorio registrado da companhia ou outro logar qualquer em que as chamadas da companhia costumam ser pagas), e deverá declarar que na falta do pagamento na data ou antes da data e no logar marcados, a acção em virtude da qual esse pagamento for devido, será passivel de cair em commissio.

24. Si as condições de qualquer desses avisos supracitados não forem cumpridas, a acção que houver motivado esse aviso poderá, em qualquer época subsequente, antes do pagamento do dinheiro devido sobre ella e dos juros e gastos respectivos, cair em commissio mediante resolução da directoria para tal effecto.

25. Qualquer acção cahida em commissio será considerada propriedade da companhia e poderá ser guardada, distribuida de novo, vendida ou alienada de outra forma qualquer, do modo que a directoria entender, e em caso de nova distribuição, creditada ou não por qualquer importancia realizada sobre ella pelo proprietario primitivo; porém, a directoria poderá em qualquer tempo antes da acção cahida em commissio haver sido novamente distribuida ou alienada de outra forma qualquer annullar o seu commissio mediante as condições que entender.

26. Qualquer socio cujas acções houverem cahido em commissio será passivel, apesar do commissio, perante a companhia por todas as chamadas ou outros dinheiros, juros e despesas (quer já então devidos quer



não) devidos sobre essas acções ao tempo do commissio, bem como por juros sobre as mesmas desde a data do commissio até o pagamento, á taxa de dez por cento ao anno ou taxa inferior que fór determinada pela directoria.

27. A directoria poderá aceitar a cessão de qualquer acção como solução de qualquer questão tendente a verificar si o seu possuidor acha-se convenientemente registrado com respeito a ella, ou poderá aceitar qualquer cessão gratuita de uma acção integrada.

Qualquer acção seguida por essa forma pôde ser alienada como si se tratasse de uma acção cahida em commissio.

28. No caso da nova distribuição ou venda de uma acção cedida ou cahida em commissio, ou de venda de qualquer acção para execução de gravame em favor da companhia, um certificado escripto e sellado com o sello commum da companhia, declarando que a acção foi devidamente declarada cahida em commissio ou que foi vendida ou cedida de accordo com os regulamentos da companhia, será prova sufficiente dos factos consignados no mesmo certificado para contrapor a quaesquer pessoas que a reclamarem a acção. Será expedido um certificado de propriedade para o comprador ou pessoa a quem fór distribuída a acção, o qual será registrado com respeito a essa acção e isso feito será considerado o possuidor da acção, exoneração de todas as chamadas ou outros dinheiros, juros e despesas devidos anteriormente a essa compra ou distribuição, e não será obrigado a verificar a applicação do dinheiro que pagou, nem seu titulo á acção será affectado por qualquer irregularidade no commissio, cessão ou venda.

#### 7 — CONSOLIDAÇÃO E SUBDIVISÃO DE ACÇÕES

29. A companhia poderá em assembleia geral consolidar suas acções ou qualquer dellas, em acções de maior valor.

30. A companhia poderá mediante resolução especial subdividir suas acções ou quaesquer dellas em acções de menor valor, e poderá nessa resolução determinar que, dentre os possuidores das acções resultantes dessa subdivisão, uma ou mais dentre ellas tenham qualquer preferencia ou vantagem especial no tocante a dividendo, capital, voto ou outra condição, em corporação a outra ou outras acções.

#### 8 — AUMENTO E REDUÇÃO DE CAPITAL

31. A directoria poderá, com a approvação de uma resolução especial, a companhia, oportunamente augmentar o capital da companhia, emitindo novas acções.

32. Essas novas acções serão da importancia, e emitidas pelo preço, e mediante os termos e condições, com as preferencias ou prioridades referentes a dividendos ou a distribuição de activos ou a voto, sobre outras acções de qualquer classe já emitidas ou não ou com as clausulas differendo-as a outras quaesquer acções no tocante a dividendos ou distribuição de activos, que a companhia mediante resolução especial determinar, e salvo qualquer dessas instrucções ou na falta dellas, o disposto nos presentes estatutos applicar-se-ha ao novo capital do mesmo modo a todos os respectos como si se tratasse do capital primitivo da companhia.

33. A companhia poderá mediante resolução especial reduzir o seu capital de qualquer forma e especialmente (sem prejuizo da generalidade da presente procuração) poderá:

- a) cancelar ou reduzir a responsabilidade sobre quaesquer das suas acções relativas a capital não pago;
- b) extinguindo ou não ou reduzindo ou não a responsabilidade sobre quaesquer das suas acções, cancelar qualquer capital realizado que se houver perdido ou não se achar representado por activos apreciaveis, ou;
- c) cancelando ou reduzindo ou não a responsabilidade sobre quaesquer das suas acções, devolver capital que for demasiado para as necessidades da companhia.

A companhia poderá também mediante resolução ordinaria cancelar quaesquer acções que ao tempo desta resolução não houverem sido subscriptas ou reservadas para qualquer pessoa, e diminuir a importancia do seu capital do valor das acções canceladas dessa forma. Poderá ser devolvido o capital sob a condição de poder ser chamado novamente ou não.

#### IV — ASSEMBLÉAS DE SOCIOS

##### CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉAS GERAES

34. A assembleia estatutaria da companhia realizar-se-ha na época (nunca anterior a um mez, nem posterior a tres mezes da data em que a companhia tiver direito de iniciar suas operações) e no lugar que a directoria determinar.

35. As assembleias geraes realizar-se-hão uma vez por anno civil, no minimo, depois daquella em que a companhia fór incorporada, na época (nunca posterior a quinze mezes contados da realização da assembleia geral anterior) e no lugar

que forem determinados pela companhia em assembleia geral, e se não forem marcados essas épocas e lugares, na época e no lugar que a directoria determinar.

36. As assembleias geraes supracitadas serão chamadas assembleias geraes ordinarias; todas as outras assembleias geraes chamar-se-hão assembleias geraes extraordinarias.

37. A directoria poderá, quanto entender, convocar uma assembleia geral extraordinaria, e a pedido dos possuidores de um decimo no minimo do capital emitido da companhia, cujas chamadas ou outras quantias então devidas hajam sido pagas devida convocar incontinenti uma assembleia geral extraordinaria; nestas assembleias serão observadas as seguintes disposições, a saber:

1) a requisição deve declarar os fins da assembleia e deve ser assignada pelos requisicionistas e depositadas no escriptorio da companhia e poderá consistir em varios documentos da mesma forma, firmados cada um delles por um ou mais requisicionistas;

2) si a directoria não convocar uma assembleia para realizar-se dentro dos vinte e um dias que se seguem ao deposito da requisição, os requisicionistas ou sua maioria em valor poderão convocar a assembleia, porém qualquer assembleia convocada dessa forma não se realizará depois de decorridos tres mezes da data desse deposito;

3) si em qualquer dessas assembleias uma requisição demandando confirmação em outra fór approvada, os directores convocarão immediatamente outra assembleia geral extraordinaria para decidir da resolução, e si entender, confirmará como resolução especial, e si os directores não convocarem a assembleia dentro dos sete dias subsequentes á data da approvação da primeira resolução, os requisicionistas ou sua maioria em valor poderão convocar a assembleia;

4) qualquer assembleia convocada por força do presente artigo pelos requerentes será convocada do mesmo modo, tanto quanto possível, pelo qual as assembleias devem ser convocadas pela directoria.

38. Será dado um aviso de sete dias de qualquer assembleia geral (sem contar o dia em que o aviso fór remetido ou considerado remetido, contado porém o dia da assembleia) marcando a hora e dia e o lugar da assembleia aos socios do modo ulteriormente mencionado nestes estatutos ou de outro modo que opportunamente fór prescripto pela companhia em assembleia geral; porém o não recebimento desse aviso por parte de qualquer socio não invalidará os actos de qualquer dessas assembleias. Quando se houver de votar uma resolução especial, as duas assembleias podem ser convocadas no mesmo aviso e não se poderá obstar a que esse aviso convoque somente a segunda assembleia contingentemente com a approvação da resolução pela maioria exigida na primeira assembleia.

39. O aviso convocando uma assembleia geral ordinaria deverá declarar a natureza geral de qualquer negocio que si pretender tratar na mesma, que não a declaração de dividendos, eleição de directores e contadores juramentados e o voto da sua remuneração e o exame das contas apresentadas pela directoria e os relatorios da directoria e dos contadores juramentados. O aviso de convocação de uma assembleia geral extraordinaria deve declarar a natureza geral dos assumptos que se pretender tratar na mesma.

#### 2 — ACTOS EM ASSEMBLÉAS GERAES

40. Dois socios pessoalmente presentes constituirão *quorum* para uma assembleia geral.

41. Si dentro de meia hora da hora marcada para a assembleia não houver *quorum* presente, a assembleia si convocada á requisição dos membros ou por elles, será dissolvida. Em outro qualquer caso ficará adiada para o dia da semana seguinte e para o lugar que o presidente determinar.

42. Em qualquer assembleia adiada, os socios presentes e com direito de voto, qualquer que seja seu numero, terão poderes para deliberar sobre todos os assumptos que poderiam ter sido convenientemente decididos na assembleia em que foi resolvido o adiamento.

43. O presidente da directoria ou na ausencia d'elle, o presidente interino (si houver) presidirá como presidente qualquer assembleia geral da companhia.

44. Si em qualquer assembleia geral nem o presidente nem o presidente interino estiverem presentes depois de decorridos 15 minutos da hora marcada para a realização da assembleia, ou si nenhum d'elles desajar agir como presidente, os directores presentes escolherão um dentre elles para agir, ou si só houver um director presente, este presidirá a assembleia si quizer fazel-o. E si não houver director presente que desaje funcionar, os socios presentes escolherão um dentre elles para agir como presidente.

45. O presidente poderá, com o consenso da assembleia, adiar qualquer assembleia geral para outra época e outro lugar, porém, (salvo o disposto pela Lei Consolidada de Companhias de 1908, com respeito á assembleia estatutaria) não si



tratará de negocio algum em uma assembleia adiada que não tratada que ficou por ultimar na assembleia em que ficou resolvido o adiamento.

46. Todas as questões submettidas a uma assembleia geral serão decididas em primeira instancia por votação symbolica e no caso de empate o voto do presidente, quer em votação symbolica quer em escrutinio, será preponderante, por ter elle um outro voto além daquello ou daquelles a que tem direito como socio.

47. Em qualquer assembleia geral, salvo si for pedido escrutinio, uma declaração do presidente de que uma resolução foi votada ou rejeitada e o lançamento respectivo do facto e do acção da companhia constituirão prova evidente do facto e no caso de uma resolução que exigir uma maioria especial, de que foi approvada pela maioria exigida, sem ser preciso provar o numero ou proporção dos votos registrados em favor ou contra essa resolução.

48. Um escrutinio poderá ser pedido por escripto sobre qualquer assumpto (que não eleição de um presidente de assembleia) pelo presidente ou por duas pessoas no minimo presentes pessoalmente ou por procuração e tendo direito de votar e possuindo juntamente acções da companhia do valor nominal de £5.000 no minimo.

49. Si for pedido escrutinio, será feito do modo no logar e immediatamente ou em outra época, dentro dos 15 dias subsequentes, conforme o presidente determinar antes de encerrada a assembleia, e o resultado desse escrutinio será considerado resolução da companhia na assembleia geral em que for procedida a votação por escrutinio.

50. O pedido de escrutinio não impedirá a continuação de uma assembleia para tratar de qualquer outro negocio que não o para que o escrutinio foi pedido. Um pedido de escrutinio poderá ser retirado e não será preciso dar aviso de um escrutinio que não tiver logar immediatamente.

### 3 — VOTOS EM ASSEMBLÉAS GERAES

51. Salvo quaesquer condições especiais referentes a voto mediante as quaes quaesquer acções possam ser emitidas, ou sob as quaes possam ser possuidas na occasião, todo o socio terá um voto por acção que possuir. Qualquer companhia que possuir acções conferindo direito de voto poderá, mediante resolução da sua directoria, autorizar a qualquer dos seus funcionarios ou outra pessoa para agir como representante seu em qualquer assembleia geral da companhia, e a pessoa assim autorizada terá direito de exercer os mesmos poderes por parte da companhia que representar que si fosse individualmente accionista da companhia.

52. Os votos poderão ser dados pessoalmente ou por procuração.

53. Si um socio for affectado das faculdades mentaes poderã votar por seu representante legal, *curator bonis* ou outro curador legal.

54. Si duas ou mais pessoas tiverem conjuntamente direito a uma acção, qualquer dellas poderá votar em uma assembleia, pessoalmente ou por procuração com respeito a essa acção como si tivesse direito exclusivo a ella, e si mais de um desses possuidores conjuntos se acharem presentes em uma assembleia, pessoalmente ou por procuração, aquelle cujo nome figurar em primeiro logar no Registro de Socios com respeito a essa acção será o unico com direito de votar com ella.

55. Nenhum socio terá direito de comparecer ou de votar pessoalmente ou por procuração em uma assembleia geral ou em qualquer escrutinio ou de exercer qualquer privilegio de socio sem que todas as chamadas ou outros dinheiros devidos e a pagar sobre qualquer acção de que for possuidor hajam sido pagos, e nenhum socio terá direito de votar em qualquer assembleia realizada depois de expirado o prazo de tres mezes do registro da companhia que não na assembleia estatutaria ou em qualquer adiamento da mesma, salvo a qualquer acção que houver adquirido por transferencia, respeito si houver sido registrado como possuidor da acção com respeito a qual reclamar o direito de votar tres mezes no minimo antes da época da realização da assembleia em que pretender votar.

56. O instrumento nomeando um procurador deverá ser escripto e do proprio punho do outorgante ou do seu procurador ou, si esse outorgante for uma corporação, sellado com o seu selllo social ou sellado pelo seu procurador, da forma que a directoria opportunamente estabelecer.

57. Ninguém poderá ser nomeado procurador sem ser pessoalente socio da companhia e com direito de votar.

58. O instrumento nomeando um procurador será depositado no escriptorio registrado da companhia nunca menos de duas dias inteiros antes do dia da realização da assembleia em que a pessoa nomeada nesse instrumento houver de votar.

59. Um voto dado de accordo com os termos estabelecidos em um instrumento nomeando procurador será valido mesmo no caso de morte prévia do outorgante ou de revogação do mandato ou transferencia das acções com respeito ás quaes for

dado, salvo intimação prévia, por escripto, da morte, revogação ou transferencia devidamente recebida no escriptorio registrado da companhia.

## V — DIRECTORES

### 1 — NUMERO E NOMENÇÕES DOS DIRECTORES

60. O numero de directores será de dous no minimo e de sete no maximo.

61. A companhia poderá opportunamente em assembleia geral, como assumpto especial, e dentro dos limites anteriormente trazados nestes estatutos, augmentar ou reduzir o numero de directores então em exercicio, e votando qualquer resolução de augmento, poderá nomear o director ou directores additionaes necessarios para tornar effectiva essa resolução, e poderá tambem determinar em que ordem esse numero augmentado ou reduzido de directores deve deixar os cargos; porém o presente artigo não será interpretado como autorização para destituir um director.

62. Os directores ou director que continuarem (mesmo em se tratando de um só), poderão agir a despeito de quaesquer vagas na directoria. Fica entendido que se o numero de directores for inferior ao minimo prescripto, o director ou directores que ficarem em exercicio nomearão incontinentemente um director ou directores additionaes para perfazerem esse minimo, ou convocarão uma assembleia geral da companhia para fazer essas nomeações.

63. Os directores terão poderes em qualquer tempo e opportunamente, para nomear qualquer outra pessoa director ou para preencher uma vaga casual ou como accrescimento da directoria, porém de forma que o numero total de directores nunca exceda, em qualquer occasião, ao maximo prescripto supra.

64. Ninguém a não ser um director retirante será eleito director (salvo um primeiro director ou um director nomeado pela directoria), sem que no minimo quatro dias e no maximo sete dias inteiros haja sido depositado um aviso no escriptorio registrado da companhia da intenção de propo-lo, juntamente com um aviso escripto do proposto declarando que deseja ser eleito.

65. Os primeiros directores serão Julius Deussen, John Gordon, Alfred Harley, Reginald Eden Johnston e Charles Evelyn Johnston.

### 2 — DIRECTORES SUBSTITUTOS

66. Um director poderá, por instrumento escripto do seu punho, nomear qualquer pessoa que for da approvação da directoria, seu substituto; e esse substituto enquanto exercer essas funções terá direito de comparecer e votar nas reuniões da directoria, e terá e exercerá todos os poderes, direitos, attribuições e prerogativas do director que o nomear. Fica entendido, porém, que nenhuma dessas nomeações terá valor enquanto não for approvada pela directoria por maioria composta de dous terços de toda a directoria e devidamente consignada no livro de actas da directoria. Um director poderá em qualquer tempo revogar a nomeação de um substituto por elle nomeado, e, com dependencia da approvação nas condições supracitadas, nomear outro em seu logar, e se um director fallecer ou deixar de exercer o cargo de director a nomeação do seu substituto ficará nulla desde logo.

67. Uma pessoa que agir como substituto de um director não terá de qualificar-se nem será considerada agente do director que a nomear, porém, no que respeita seus proprios actos e faltas responderá unica e directamente a companhia, como se fosse o proprio director e terá direito ao mesmo direito de indemnização.

A retribuição de qualquer substituto será paga da que se pagar ao director que o nomeou e consistirá na parte dessa remuneração que for ajustada entre o substituto e o director que o nomeou.

### 3 — QUALIFICAÇÃO E REMUNERAÇÃO DE DIRECTORES

68. A qualificação de um director, que não os directores mencionados no art. 65, será o possuir elle 500 acções da companhia, e se já não estiver qualificado, o director que quizer sel-o deverá obter a sua qualificação dentro dos dous mezes que se seguirem a sua nomeação.

69. Os directores, que não um director gerente, terão direito de receber a titulo de remuneração, annualmente, a importância de £ 1.500. Essa remuneração será dividida entre os directores na proporção e do modo que elles opportunamente convencionarem ou, em partes iguaes, se não houver combinação. Qualquer director que exercer seu cargo por parte de um anno, terá direito a uma parte proporcional dessa remuneração. A companhia, em assembleia geral, poderá augmentar o quantum dessa remuneração permanentemente ou por um anno ou prazo mais longo.



## 4 — PODERES DE DIRECTORES

70. Os negócios da companhia serão geridos pela directoria, que poderá pagar todas as despezas incidentes ou referentes à formação e registro da companhia e à emissão do seu capital. A directoria poderá exercer todos os poderes da companhia, com observância, porém, do disposto em quaesquer leis do parlamento ou nos presentes estatutos, e nos regulamentos (estatutos) que forem votados pela companhia em assembleia geral; porém nenhum regulamento votado pela companhia em assembleia geral invalidará qualquer acto anterior da directoria, que teria sido valido si esses regulamentos não houvessem sido feitos.

71. Sem restringir a generalidade dos poderes supra, a directoria poderá praticar os seguintes actos e cousas, a saber:

a) estabelecer conselhos locais, comissões gerentes ou consultivas ou agencias locais no Reino Unido ou no estrangeiro, e nomear qualquer um ou mais dos seus membros ou qualquer outra pessoa ou pessoas membros das mesmas com os poderes e faculdades, mediante os regulamentos, pelo prazo e com a remuneração que entender, e poderá em qualquer occasião opportuna remover ou destituir qualquer dessas pessoas assim nomeadas;

b) nomear qualquer pessoa ou pessoas, director ou directores da companhia ou não, para guardarem em *trust* para a companhia quaesquer bens pertencentes a esta, ou em que estiver ella interessada, ou para quaesquer outros fins, e outorgar e fazer todos os instrumentos e cousas que possam ser necessários com respeito a esse *trust*;

c) nomear para outorgar qualquer instrumento ou tratar de qualquer negocio no estrangeiro uma pessoa ou pessoas quaesquer procuradores da directoria da companhia com os poderes que entender, inclusive poderes para comparecer perante quaesquer autoridades competentes e fazer as declarações necessárias para habilitar as operações da companhia a serem validamente feitas e executadas no estrangeiro;

d) nomear opportunamente qualquer um ou mais dos seus membros director gerente ou directores gerentes mediante os termos e com a remuneração e com os poderes e faculdades e pelo prazo que entender, e com poderes para revogar essas nomeações;

e) tomar emprestado, levantar ou garantir o levantamento de quaesquer quantias de dinheiro, mediante as garantias e condições quanto a juros ou outras que entender, e para o fim de garantir tais empréstimos e juros ou para outros fins quaesquer, crear, emitir, fazer e dar respectivamente quaesquer *debentures* perpetuos ou resgataveis ou *debenture stock*, ou qualquer hypotheca ou gravame sobre a empresa ou todas ou parte das propriedades presentes e futuras do capital da companhia; e quaesquer *debentures*, *debenture stock*, e outras obrigações poderão ser cedidos livre de quaesquer equidades entre a companhia e a pessoa para quem forem elles emitidos;

f) fazer, sacar, aceitar, endossar e negociar respectivamente notas promissórias, letras, cheques ou outros effectos negociaveis, ficando entendido que todas e quaesquer notas promissórias, letras, cheques ou outros effectos negociaveis sacados, feitos ou aceites deverão ser firmados pela pessoa ou pessoas que a directoria nomear para esse fim;

g) empregar ou emprestar os fundos da companhia que não forem exigidos para uso immediato nas obrigações ou titulos que entender (que não acções da companhia) e opportunamente transportar qualquer obrigação ou emprego ou collocar quaesquer fundos em deposito em mãos de banqueiros ou em institutos financeiros;

h) dar a qualquer director que residir no estrangeiro occupado de negocio da companhia ou que tiver de ir ao estrangeiro ou de prestar qualquer outro serviço extraordinario, a remuneração especial que entender pelos serviços por elle prestados;

i) vender, alugar, trocar ou dispor de outra forma absoluta ou conditionalmente, de todos ou quaesquer dos bens, privilegios e empresas da companhia mediante os termos e condições e pelo preço que entender;

j) affixar o sello common em qualquer documento contanto que esse documento seja tambem firmado por um director e pelo secretario ou por outro official (funcionario) qualquer nomeado para esse fim pela directoria;

k) exercer os poderes conferidos nos arts. 34 e 79 do The Companies (Consolidation) act 1908, (lei consolidada das companhias, de 1908), poderes que pelo presente são conferidos a companhia.

## 5 — ACTOS DE DIRECTORES

72. A directoria poderá reunir-se para tratar de negocios, adiar ou regular de outra forma suas reuniões do modo que

entender, e poderá determinar o *quorum* preciso para decidir dos negocios. Salvo e até ser resolvido em contrario, o *quorum* será de dous directores. Não será preciso dar aviso de uma reunião de directores a qualquer dos directores que estiver fora do reino unido.

73. O presidente e dous directores quaesquer poderão em qualquer tempo, convocar uma assembleia da directoria.

74. As questões que se suscitarem em uma reunião serão decididas por maioria de votos ou voto de qualidade.

75. A directoria poderá eleger um presidente e um vice-presidente de suas reuniões, e determinar o prazo durante o qual deverão exercer esse cargo; porém se esses presidente ou vice-presidente não forem eleitos ou se nem o presidente nem o vice-presidente (se houver) estiverem presentes na hora da reunião para a realização da assembleia, e quizerem agir, os directores presentes escolherão um dentre elles para presidir a reunião.

76. A directoria poderá delegar qualquer dos seus poderes que não os poderes de tomar dinheiro emprestado e de fazer chamadas, a comissões compostas do membro ou membros da directoria, que entender. Qualquer comissão assim constituída no exercicio dos poderes que lhe forem conferidos deverá conformar-se com quaesquer regulamentos que opportunamente lhe forem impostos pela directoria.

77. As reuniões e actas dessas comissões, compostas de dous ou mais membros, serão regidas pelas disposições contidas nestes estatutos para regular as assembleias e actas da directoria, tanto quanto das mesmas lhes forem applicaveis, e estas disposições não poderão ser revogadas por quaesquer regulamentos feitos pela directoria por força da ultima clausula precedente.

78. Todos os actos praticados em qualquer assembleia da directoria ou de uma comissão da directoria, ou por uma pessoa que agir como director, serão, a despeito de mais tarde se verificar que houve vicio na nomeação de qualquer desses directores ou pessoas citadas no item supra, ou que elles ou qualquer delles estavam desqualificados, tão validos como se todas essas pessoas houvessem sido devidamente nomeadas e tivessem os requisitos para serem directores.

79. A directoria mandar lavar actas nos livros fornecidos para isso, de todas as resoluções e actas das comissões da directoria, e das assembleias da directoria ou das comissões da directoria, e qualquer dessas actas, se firmadas por qualquer pessoa considerada presidente da assembleia a que se referirem, ou em que forem lidas, serão acceptas como prova decisiva dos factos nellas consignados.

## 6 — DESQUALIFICAÇÃO DE DIRECTORES

80. Perderá o cargo o director que:

a) sem a approvação de uma assembleia geral exercer cargo ou logar remunerado na companhia que não os autorizados nestes estatutos;

b) ficar affectado das faculdades mentaes, fallir, fizer composição ou entrar em accordo com seus credores;

c) dentro dos dous mezes que se seguirem da data da sua nomeação não obtiver sua qualificação ou si expirado esse prazo, em qualquer época subsequente, deixar de possuir sua qualificação. A pessoa que perder o cargo por força desta sub-clausula, não poderá ser nomeada de novo director da companhia, enquanto não conseguir sua qualificação;

d) remetter demissão por escripto a directoria, a menos que essa renuncia não seja retirada com o consento da directoria dentro dos 14 dias subsequentes a data em que a mesma houver sido recebida no escriptorio registrado da companhia;

e) se ausentar das reuniões da directoria continuadamente pelo prazo de seis mezes, sem licença da directoria;

81. Nenhum director ficará desqualificado do seu cargo pelo acto de contractar com a companhia, como vendedor, comprador ou em outra qualidade, nem laes contractos ou accordos celebrados pela companhia ou por parte della em que um director tiver um interesse qualquer ficarem nulos, nem qualquer director que tiver contracto ou interesse em contracto dessa natureza será obrigado a dar contas a companhia dos lucros realizados nesse contracto ou accordo pelo facto de exercer o cargo de director ou em consequencia da relação fiduciaria estabelecida pelo mesmo.

Nenhum director, como tal, poderá votar com respeito a qualquer contracto ou accordo em que estiver interessado na forma supramencionada e a natureza do seu interesse deve ser por elle declarada na assembleia da directoria em que esse contracto ou arranjo for firmado, se seu interesse já existir, ou em outro caso qualquer na primeira reunião da directoria, depois de haver adquirido esse interesse; porém essa prohibição de votar não applicar-se-ha aos contractos de que trata o artigo 3º ou a quaesquer assumptos resultantes dos mesmos,



## 7—RETIRADA E DESTITUIÇÃO DE DIRECTORES

8—INDEMNIZAÇÃO DE DIRECTORES

## VI — CONTAS E DIVIDENDOS

Scanned with CamScanner



qualquer dividendo, ou para concertar ou conservar qualquer propriedade da companhia ou para outros fins que a directoria achar conducentes aos fins da companhia, ou para quaisquer delles, e os mesmos fundos poderão ser applicados nessa conformidade oportunamente, do modo que a directoria determinar; e a directoria sem os collocar em reserva, poderá transportar para o exercicio seguinte os dinheiros que não achar conveniente dividir.

95. A directoria poderá empregar as quantias reservadas da forma supracitada nas obrigações (que não forem acções da companhia) que entender e opportunamente gyrar e variar esses empregos e dispor de todos ou parte dos mesmos a beneficio da companhia e dividir o fundo de reserva em tantos especies que entender, com plenos poderes para empregar o activo constituindo o fundo de reserva no negocio da companhia e sem ser obrigada a conserval-os separadamente dos outros activos.

#### 4 — DIVIDENDOS

96. A companhia em assembleia geral poderá declarar um dividendo a pagar aos socios, de accordo com os seus direitos e interesses nos lucros, porém, não será declarado dividendo maior do que o recommendado pela directoria.

97. Salvo quaesquer prioridades que possam ser dadas ao permitir-se quaesquer acções, ou que na occasião subsistirem, os lucros da companhia calculados para distribuição serão distribuidos como dividendo entre os socios de accordo com as quantias na occasião realizadas sobre as acções que respectivamente possuirem, que não as importancias pagas como pagamento de chamadas.

98. Quando no parecer da directoria a posição da companhia permittir, poderão ser pagos dividendos provisorios aos socios por conta do dividendo do anno então em curso.

99. A directoria poderá deduzir dos dividendos ou juros a pagar a qualquer socio todas as quantias de dinheiro que o mesmo dever á companhia por conta de chamadas ou por outro motivo.

100. Todos os dividendos e juros pertencerão e serão pagos (salvo o direito de retenção e gravame da companhia) aos socios que constarem do registro na data em que esse dividendo for declarado, ou na data em que esse juro houver de ser pago respectivamente, a despeito de qualquer transferencia ou transmissão subsequente de acções.

101. Si varias pessoas forem registradas como possuidoras conjuntas de uma acção, qualquer uma dessas pessoas poderá dar recibos validos dos dividendos e juros devidos com respeito á mesma.

102. Nenhum dividendo vencerá juros contra a companhia.

103. Salvo disposição em contrario, qualquer dividendo, notificação ou interesse (juro) a pagar em dinheiro aos possuidores de acções registrados será pago por cheque ou *warrant* remetido pelo Correio endereçado ao dono para seu endereço registrado, ou em se tratando de possuidores registrados, para o possuidor cujo nome figurara em primeiro logar no registro das acções.

Cada um desses cheques ou *warrants* serão pagaveis á ordem do possuidor registrado ou no caso de possuidores conjuntos á ordem do possuidor cujo nome figurar em primeiro logar no registro com respeito a essas acções, salvo instruções em contrario dos possuidores conjuntos, e serão remetidos a conta e risco dos socios.

104. Uma assembleia geral declarando um dividendo poderá determinar que o pagamento do mesmo se faça total ou parcialmente pela distribuição de activos determinados, e especialmente de acções integradas, *debentures* ou *debenture-stock* da companhia, ou acções integradas, *debentures* ou *debenture-stock* de qualquer outra companhia, ou de um ou mais desses modos; fica entendo que não será feita nenhuma destas distribuições antes de ser recommendada pela directoria. Se surgir qualquer difficuldade com respeito á distribuição os directores poderão solve-la do modo que acharem conveniente, e especialmente emittir certificados fraccionaes. Fixar o valor da distribuição desses activos especies ou de qualquer parte dos mesmos, e poderão determinar que pagamenos em dinheiro poderão ser feitos a quaesquer socios na base do valor assim determinado afim de regular os direitos e socios, e poderão confiar quaesquer activos determinados em mãos de *trustees* em *trust* para as pessoas com direito ao dividendo, que os directores acharem conveniente.

#### VII—AVISOS

105. A companhia poderá remetter um aviso a qualquer socio, pessoalmente ou mandando-o pelo correio em carta endereçada a esse socio para o seu endereço registrado.

106. Qualquer socio que residir fóra do Reino Unido poderá indicar o endereço dentro do Reino Unido para o qual os avisos serão remittidos, e todos os avisos remittidos para esse endereço serão considerados bem expedidos. Si não indicar endereço não terá direito de receber avisos.

107. Qualquer aviso se remittido pelo Correio, será considerado dado no dia em que for lançado ao Correio, e para provar a remessa bastará provar que o aviso foi devidamente endereçado e lançado no Correio.

108. Todos os avisos que houverem de ser dados aos socios com respeito a qualquer acção a que varias pessoas tiverem direito conjunto, serão dados áquella dessas pessoas que figurar em primeiro logar no registro de socios, e o aviso do dado dessa forma será aviso sufficiente a todos os possuidores dessa acção.

109. Todos os testamenteiros, curadores, representantes legaes ou *trustees* em fallencia ou liquidação serão absolutamente obrigados por qualquer aviso dado na forma supra, si for remittido para o ultimo endereço desse socio, mesmo no caso da companhia poder ter tido aviso da morte, loucura, fallencia ou quebra desse socio.

#### VIII—LIQUIDAÇÃO

110. Si a companhia entrar em liquidação voluntaria ou em virtude de mandado judicial, o liquidante poderá, com autorização de uma resolução extraordinaria, dividir pelos socios, em natureza ou especie, todos ou parte dos activos da companhia, quer consistam em bens de uma especie ou em bens de varias qualidades, e para isso poderá attribuir o valor que entender equitativo, a qualquer uma ou mais especies de bens, e poderá determinar como será feita essa divisão entre as diferentes classes de socios, e o liquidante poderá, com identica faculdade, confiar qualquer parte dos activos em *trustes* nos *trusts*, em proveito dos socios, que o liquidante entender, e a liquidação da companhia poderá ser encerrada e a companhia dissolvida, porém de modo que constitua algum ser forçado a aceitar quaesquer acções com respeito ás quaes houver uma responsabilidade (gravame) qualquer.

111. Os poderes de venda de um liquidante comprehendão a faculdade de vender, total ou parcialmente, os debentures, debenture stock ou outras obrigações de outra companhia já constituida ou a constituir para o fim de effectuar a venda.

#### Nomes, endereços e descripção dos subscriptores

R. E. Johnston, 6 Great St. Helen's E. C., negociante.  
C. E. Johnston, 6 Great St. Helen's E. C., negociante.  
C. W. Haskoll, 6 Great St. Helen's E. C., empregado de commercio.

J. Mackenzie, 7 Union Court, Old Broad Street E. C., secretario.

F. N. Chapple, 80 Bishopsgate, E. C., advogado.  
E. Richardson, 80 Oakfield Road, Southgate N., empregado.

William B. Pipkin, 33 Linden Avenue, Kensal Rise, W., empregado.

Datado de 28 de dezembro de 1911.

Testemunha da assignatura supra de F. N. Chapple.—E. Richardson, 16 Oakfield Road, Southgate N., empregado.

Testemunhas das assignaturas restantes.—F. N. Chapple, 80 Bishopsgate, E. C., advogado.

No verso da capa do documento supra traduzido, lia-se a seguinte declaração:

Certificamos que esta é cópia fiel do memorandum e estatutos da Rio de Janeiro Lighterage Company, registrados no Registro de Sociedades Anonymas na Inglaterra.—R. E. Johnston, presidente e director.—J. Mackenzie, secretario.

Testemunhas:

Firmados: F. N. Chapple.—H. G. L. Brice.

Sello social da Rio de Janeiro Lighterage Company, Limited. A todos que a presente virem eu, John William Peter Jauralde, da cidade de Londres, devidamente provido e juramentado pelo presente, certifico que as assignaturas R. E. Johnston e J. Mackenzie, que constam do certificado passado no exemplar anexo do memorandum e estatutos da Rio de Janeiro Lighterage Company, Limited, são verdadeiras e do proprio punho de Reginald Eden Johnston, presidente e director, e de John Mackenzie, secretario da mesma companhia, ambos de mim conhecidos. E que o sello affixado ao mesmo certificado é o sello social da dita companhia. E que as referidas firmas e sello foram feitas e appostas no dia em que se acha datado o presente na minha presença e na presença de Frederick Northcote Chapple e Henry George Lewis Brice, ambos desta cidade, que firmaram como testemunhas presencias.



Em fé e testemunho do que, firmei o presente que sellei com o sello do meu officio, e datei em Londres neste dia oito de janeiro do anno de Nosso Senhor, mil novecentos e doze. —  
J. W. P. Jauralde, tabellião publico.

Sello do referido tabellião.

Uma estampilha de um *shinlling* inutilizada.

A assignatura e a qualidade do Senhor J. W. P. Jauralde estavam devidamente authenticadas na cidade de Londres no Consulado Geral do Brazil nessa cidade em data de 10 de janeiro de 1912, firmava o reconhecimento o consul geral F. Alves Vieira.

Colladas e inutilizadas na Recebedoria do Districto Federal estampilhas federaes do valor colectivo de seis mil novecentos réis.

A firma e qualidade do Sr. F. Alves Vieira estavam devidamente authenticadas na Secretaria das Relações Exteriores desta cidade no dia 3 de fevereiro de mil novecentos e doze.

Por traducção conforme. — Sobre estampilhas federaes do valor colectivo de 16\$800 :

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1912. — *Manoel de Mattos Fonseca.*